

QUAL FOI A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO DO MILÊNIO?

Américo Sansigolo Kerr

Professor do Instituto de Física-USP

Marcos Nascimento Magalhães

Professor do Instituto de Matemática-USP



Após as eleições municipais de 2000, as oposições terão a oportunidade de mostrar que, além da ética e honestidade, têm propostas para transformar a realidade do país, começando com o espaço ao nosso redor. Se ficarem apenas na gerência bem comportada dos governos municipais, não contribuirão para a superação das dificuldades do Brasil

Tornou-se unanimidade a avaliação de que as oposições foram as grandes vencedoras das eleições de 2000. Dentre elas o destaque seria para o PT, conforme vários políticos governistas declararam, como por exemplo Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães.

Mas estarão os corações sentindo o que os olhos ainda não vêem? No fundo, observando-se simplesmente os resultados oferecidos pela **Tabela 1**, diríamos que a vitória pertence à direita governista articulada em torno de Fernando Henrique Cardoso. O coordenador político nacional do PSDB, Pimenta da Veiga, teria então razão quando cantou vitória, mesmo que trouxesse na face um inequívoco ar de derrota.

Dos 5559 municípios onde ocorreram eleições os governistas ganharam em 4291. A oposição, aceitando-se como tal o PDT e o PPS, elegeu prefeitos em apenas 775 cidades. Ou seja, os governistas fizeram 77% das prefeituras, contra apenas 14% da oposição.

Claro que há uma imprecisão grosseira neste tipo de comparação, uma vez que se igualam municípios com poucos milhares de habitantes a outros com centenas de milhares ou milhões. Mas mesmo quanto ao número de eleitores envolvidos, a oposição teve 30% de votos, menos que a metade dos 62% obtidos pelos governistas. Onde está a vitória da oposição? Teria a mídia algum interesse particular em “encher a bola” dos opositores?

Há mais de um aspecto a ser considerado. Começamos justa-

mente pela questão da mídia, ou seja, da visibilidade junto ao público. Não há dúvida de que o destaque que uma gestão pode alcançar é proporcional à importância do município. Neste caso, das 62 cidades onde era possível ocorrer 2º turno (capitais e outras cidades com mais de 200 mil habitantes), a oposição ganhou em 29, conforme indica a **Tabela 2**. Dos

O potencial multiplicador do “fator exposição de mídia” deixa a direita intranquã para as próximas eleições. Além disso, em 2002 as candidaturas terão dimensão estadual e nacional, penetrando nos rincões mais isolados

109,8 milhões de eleitores brasileiros, 33% residem nessas cidades e mais da metade, cerca de 18%, terá governos de oposição em 2001. Até agora esse percentual era de aproximadamente 8%. Além disso, dentre as 26 capitais de estado, o PT ganhou em 6, o PSB em 4 e o PDT em 2.

No que tange à exposição dada ao segundo turno, o resultado é ainda mais expressivo. Nas 31

cidades onde houve disputa, a oposição concorreu em 25 cidades distintas (em quatro delas a disputa era interna ao bloco), vencendo em 19 delas.

A vitória de maior dimensão, no balanço geral, foi no Estado de São Paulo, onde produz-se cerca de 40% do PIB brasileiro. O PT passou a ser o partido com maior votação, além de ter ganho na capital a prefeitura mais cobiçada do país. Mas outras tantas disputas destacaram-se por seus resultados surpreendentes. Em Porto Alegre o PT conseguiu a quarta vitória consecutiva, fato inédito em uma capital de estado brasileira. Também obteve reeleição em Belém e ganhou em Recife, onde as pesquisas de opinião no início do 1º turno davam apenas 4% de intenção de voto para o petista João Paulo. O PSB se reelegeu em Belo Horizonte.

Não seria exagero dizer que o tom de oposição saiu vencedor nessas eleições mesmo onde candidatos oposicionistas perderam. São exemplares os casos de Fortaleza e Curitiba onde, diante de vitórias dadas como certas, a direita passou maus bocados para vencer.

Mas a grande inquietude no coração dos conservadores tem origem no configurar-se de um novo quadro para as eleições de 2002. Nesse ano estarão em jogo a escolha do presidente do país, governos de estado, representação no Congresso Nacional e assembleias legislativas.

O potencial multiplicador que o “fator exposição de mídia” possibilita deixa a direita intranquã.

Mas esse não é o único elemento. Ocorre que em uma parcela grande dos municípios menores não havia candidatos da oposição. Portanto, essa população não teve a possibilidade plena de expressar sua opção eleitoral. Mas em 2002 as candidaturas terão dimensões estadual e nacional, penetrando nos rincões mais isolados nem que seja de forma capilar.

Por fim, outro tormento para os conservadores refere-se à qualidade da oposição que fortaleceu-se nestas eleições. Cada um dos partidos deste “ente oposição” tem característica política diversa e, também, apresentou desempenho eleitoral bastante diferenciado.

Olhando-se novamente a **Tabela 1**, na coluna que compara os anos de 1996 e 2000, vemos que entre os partidos maiores deste bloco quem cresceu foi o PT (70% em número de prefeituras e 51% em eleitores) e o PPS (403% em número de prefeituras e 607% em eleitores). Os demais decaíram, especialmente o PDT (-34% em número de prefeituras e -19% em eleitores). Em termos absolutos a grande votação foi no PT que obteve mais do que o dobro do segundo colocado, o PDT, e mais do que o triplo que o PPS.

O PPS é a corrente *light* originária da fragmentação do velho PCB. O que alavancou esse seu pico de crescimento relativo foi a entrada de Ciro Gomes, que encontrou nele uma legenda para sustentar sua candidatura à Presidência da República. Há dúvidas substanciais quanto ao caráter

oposicionista de Ciro Gomes. É histórica sua ligação com o PSDB, particularmente com Tasso Jereissati, outra possível candidatura à Presidência da República. Antevê-se que até 2002 haverá uma intensa simbiose nesta relação.

O traço oposicionista principal do PDT é o nacionalismo. Mas sua chama oposicionista, sustentada pelo brizolismo, perde dia a dia o

A cobertura da mídia aparentemente favorável às oposições reflete a necessidade de manter a ligação com seu público. A parcela da mídia que colocou em evidência as vitórias petistas o fez propagandeando o papel que ela pretende para o PT

vigor, fruto de um pragmatismo eleitoreiro mal sucedido e que enveredou por alguns acordos bastante desgastantes e questionáveis. O pior deles certamente foi o apoio que Brizola, então governador do Rio, emprestou a Collor de Melo quando esse estava sendo bombardeado pelo processo de *impeachment*.

O PT tem fortes bases no movimento social organizado — sin-

dicatos, MST e movimentos populares. Esses são elementos fundamentais na sustentação política do partido. Mas sua base eleitoral vai além deste limite. Para ele são canalizados os votos de quem deseja manifestar claramente um sentimento de oposição ao projeto neoliberal conduzido pela direita organizada em torno de Fernando Henrique Cardoso. Também recebe os votos de uma parcela mais moderada, mas que deseja golpear decididamente a conivência ou a prática de procedimentos corruptos na gestão pública do Estado brasileiro. Por fim há o voto de quem vê no PT a possibilidade de implantação de uma gestão pública participativa, com priorização das políticas sociais como educação e saúde.

O Partido dos Trabalhadores tem sido a principal força de oposição que vem crescendo progressivamente e cujo desempenho eleitoral não é mais passível de ser escondido. Como já analisamos, sua vitória não é mensurável diretamente pela crueza dos números mas se expressa no potencial que acumulou, capaz de projetá-lo nas eleições gerais de 2002. Fortalece-o, também, o fato de abrigar diversos nomes reconhecidos nacionalmente, e que partiriam de um patamar de votação significativo na disputa de cargos majoritários. Lula, em especial, tem estado na frente nas pesquisas de intenção de voto para presidente.

Um elemento novo nesta eleição foi a cobertura de imprensa aparentemente favorável às oposi-

ções ou, mais claramente, ao PT. Convém, portanto, analisar e interpretar tal fato. Ele contrasta com o tratamento geralmente hostil que é reservado a esse partido, fruto dos compromissos notoriamente conservadores que permeiam os meios de comunicação.

Em primeiro lugar, registre-se a necessidade que os meios de comunicação têm de manter a ligação com o seu público. Para boa parte deles, concentrados nos grandes centros urbanos, isso significa acompanhar as esperanças que a maioria do eleitorado acabou de depositar em um projeto político. Isso é simpático e atrai audiência. Estabelece uma ponte com o público cliente, sendo um elemento tático importante para dar base de apoio às críticas posteriores. Elas são razoavelmente previsíveis, frente aos compromissos ideológicos históricos que permeiam majoritariamente os meios de comunicação. Espera-se marcação cerrada sobre projetos que avancem na participação popular ou que sejam radicais na cobrança fiscal e no atendimento francamente prioritário das demandas sociais.

A parcela da grande mídia que colocou em evidência as vitórias petistas, na verdade o fez propagandeando o papel que pretende para esse partido. Atrélada que é a interesses de grandes grupos econômicos, nacionais e ou internacionais, seu sonho é ver um PT dócil, fazendo um discurso social mas de pouco resultado prático, pois sujeito ao pragmatismo de uma convivência pacífica com as

forças do capital. O referencial pretendido é a social-democracia européia. São ilustrativos, nesse sentido, alguns trechos de artigo de Otavio Frias Filho, editorialista e proprietário de um grande jornal (*Folha de S. Paulo*, 5/10/2000, p. A2):

***Cor de rosa, lilás ou
vermelho, de que cor
é o PT afinal?
Aliciamento e
cooptação de lideranças
são uma constante
em sociedades baseadas
na exploração de
classe, mas isso não
quer dizer que haja
uma direção inexorável
a ser seguida***

“Demorou, mas as ‘elites’ começam a perceber que o verdadeiro partido da social-democracia brasileira não é aquele que ostenta esse nome e está no poder há sete anos, mas sim o PT”;

“O PT vem repetindo, com regularidade impressionante, o percurso da verdadeira matriz, a social-democracia européia. Esta começou como movimento operário no fim do século passa-

do, tornou-se radical e patrocinou confrontos até se integrar, desde a Primeira Guerra, ao sistema capitalista, criticando alguns de seus efeitos, não mais seus fundamentos”;

“Estamos assistindo, assim, à reprodução, com décadas de atraso, do cenário evolutivo da esquerda européia. Claro que a periferia apenas finge repetir o centro, pois a repetição, ocorrendo em condições diferentes, também se presta a outros usos, que nada têm a ver com o original. Em outras palavras, a social-democracia aqui não gorjeia como lá”;

“O novíssimo PT não veio para dividir, mas para somar, e as ‘elites’ já lhe dirigem lânguidos olhares de sereia.”

Não tem sido comum, nem mesmo para membros intelectualmente articulados da burguesia nacional, expressar-se de forma assim clara e sintética sobre o que vai pelos seus corações e mentes. Mas, como ressalta esse editorialista, “a social-democracia aqui não gorjeia como lá”. Mais que isso. A trajetória que ele descreve para o PT ainda é mero desejo, alimentado por semelhanças históricas com a evolução da social-democracia européia.

Se na composição do PT certamente há correntes de perfil so-

cial-democrata, também há expressivas tendências radicais de esquerda. E o partido abriga tal diversidade desde a sua fundação! Carregam na tinta rosa para falar sobre Marta Suplicy, mas ignoram o tom vermelho de Edmilson Rodrigues, prefeito reeleito de Belém, ou de Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul. A maior parte dos militantes do PT origina-se do movimento social organizado, são combativos mas não necessariamente têm um perfil ideológico bem definido.

O aliciamento, a sedução e a cooptação de lideranças políticas e do movimento social são uma constante dentro de sociedades baseadas na exploração de uma classe sobre outra. Mas isso não quer dizer que haja uma direção inexorável a ser seguida. Equivocaram-se Marx e Engels (Marx, K.; Engels, F., *Manifesto Comunista*, 1850) ao vaticinar ser inexorável o futuro socialista da sociedade. Erra a burguesia quando apresenta o capitalismo como “o fim da história” nas relações sociais.

O desenvolvimento das relações humanas é um processo dialético e conflituoso. Seu resultado depende da combinação de um sem número de fatores onde são fundamentais o estágio de organização e o acúmulo de forças conseguido pelos movimentos sociais. Até mesmo o imponderável vindo de alguma catástrofe natural pode ser determinante nos rumos que uma sociedade tome.

Mas serão sinceras essas loas da imprensa burguesa ao tom social-democrata dos programas de

governo petistas? Estaria a burguesia brasileira e o capital monopolista internacional dispostos a bancar programas de governo que patrocinem honestamente o bem estar da maioria de excluídos na sociedade brasileira? Estariam os enaltecidos do PT rosa concor-

O que caracteriza a maior parte da social-democracia europeia hoje não é a defesa do Welfare State, mas a função de mediadora dos interesses do capital. É isso que propõem ao PT: a domesticação do movimento social brasileiro

dando, então, com um salário mínimo que dê condições dignas de vida, com a reforma agrária, subsídio para os pequenos agricultores, serviços públicos gratuitos e de qualidade em áreas como educação e saúde? Quanto lhes custaria a efetiva implantação de uma política de desenvolvimento auto-sustentável, que não dilapidasse nossos recursos minerais, energéticos e outros tantos recursos naturais brasileiros?

Nada disso questiona formalmente o princípio da propriedade

privada dos meios de produção que determina o modelo capitalista. Mas afetaria sim, profundamente, a enorme margem de lucro que alimenta os interesses capitalistas no Brasil. O custo que representaria tal salto de qualidade de vida para a maioria da população contraria profundamente os interesses de uma burguesia, nativa ou importada, que no terceiro mundo ainda desfruta de privilégios medievais.

Para conseguirmos implantar efetivamente as políticas sociais que ainda sobrevivem em alguns estados social-democratas europeus, será necessário um esforço revolucionário. A maioria da população brasileira terá que se engajar em um grande processo de mobilização, contrapondo-se ao caráter fortemente reacionário do capitalismo brasileiro, profundamente subordinado aos interesses do capital monopolista internacional.

O que vem caracterizando a maior parte da social-democracia europeia hoje não é a defesa dos direitos sociais do *welfare state*, mas a sua função de mediadora dos interesses do capital junto aos movimentos sociais. É isso, ao que nos parece, que propõem que o PT importe para cá. Querem que ele assuma a domesticação do movimento social brasileiro.

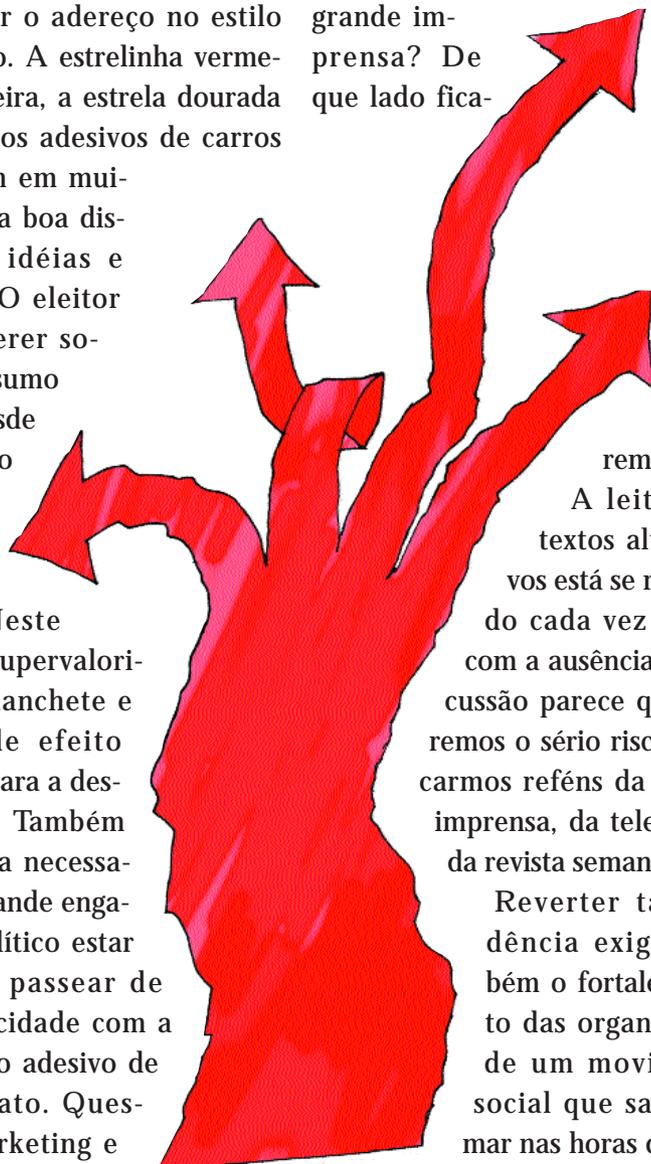
Esse processo dialético, conflituoso, está armado. Quem tem compromisso com a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa, deve comemorar o grande acúmulo de forças conseguido com essas eleições e que

pode preannunciar vitórias mais significativas nos próximos anos. Nesse sentido, precisamos dar atenção a uma crescente despolíticação dos processos eleitorais.

Exemplo disso ocorreu na cidade de São Paulo. A urna eletrônica tornou a eleição rápida. Mas, infelizmente, não foi só o ato de votar que foi sumariizado. A discussão eleitoral adquiriu o ritmo do e-mail e de toda a parafernália eletrônica dos tempos atuais. Quem viu ou solicitou do seu candidato o programa e as propostas? O material de campanha principal passou a ser o adereço no estilo carnavalesco. A estrelinha vermelha, a bandeira, a estrela dourada de xerife e os adesivos de carros substituíram em muitos lugares a boa discussão de idéias e propostas. O eleitor parecia querer somente o resumo de tudo, desde o horário eleitoral até o programa de governo. Neste sentido, a supervalorização da manchete e da frase de efeito contribuiu para a despolíticação. Também não significa necessariamente grande engajamento político estar disposto a passear de carro pela cidade com a bandeira e o adesivo de seu candidato. Questões de marketing e

propaganda são importantes, mas numa cidade como São Paulo qualquer mudança social relevante será disputada e precisa acima de tudo de um profundo e amplo debate político.

Pois bem, ganhou uma candidata de esquerda que a direita e a grande imprensa querem que passe a ser de centro-esquerda e de preferência brigue muito com o partido. Mas propostas do PT para a cidade precisarão mais do que os votos que receberam das urnas. Interesses serão contrariados e de que lado ficará a grande imprensa? De que lado fica-



remos nós? A leitura de textos alternativos está se reduzindo cada vez mais e com a ausência de discussão parece que corremos o sério risco de ficarmos reféns da grande imprensa, da televisão e da revista semanal!

Reverter tal tendência exige também o fortalecimento das organizações de um movimento social que saiba somar nas horas devidas,

mas mantendo autonomia em relação ao poder estatal, partidos e religiões.

É claro, por fim, que estamos diante de um momento em que as oposições terão a oportunidade de mostrar que, além da ética e honestidade, têm propostas para transformar a realidade do país, começando com o espaço ao nosso redor.

Se ficarem apenas na gerência bem comportada dos governos municipais poderão até receber boa aprovação e serem reeleitos, mas não contribuirão para a superação das dificuldades do nosso país. A maior parte dos nossos problemas tem raízes na opção de política econômica e social do governo federal. Dessa forma, projetos municipais têm que se contrapor às intenções federais de desobrigação do estado e propiciar uma discussão no município que conduza à ampla politização. Grandes mudanças nas cidades dependem, cada vez mais, da intervenção federal, pois o modelo econômico hegemônico não tem seus reflexos no país em abstrato mas sim nas cidades e, em especial, nas grandes capitais.

É importante não desprezar que, para o governo federal, prefeitos honestos que amenizem a crise social são elementos importantes para consolidar o modelo neoliberal em curso. Atenuar crises e evitar explosões de uma massa de miseráveis faz parte das tarefas atribuídas aos prefeitos progressistas. A questão é saber se além disso eles contribuirão para a efetiva modificação das causas de toda essa infelicidade. RA

TABELA 1

ELEIÇÕES PARA PREFEITO - 2000

DADOS FINAIS E COMPARAÇÃO COM 1996¹

Partidos	Prefeitos eleitos					Votos recebidos para prefeito no 1º turno				
	Valor Absoluto		Valor Relativo ao total de prefeituras		Varição 2000/1996 (%)	Valor Absoluto (milhões de votos)		Valor Relativo ao total de votos válidos		Varição 2000/1996 (%)
Ano	1996	2000	1996	2000	(%)	1996	2000	1996	2000	(%)
Governistas										
PSDB	921	990	17%	18%	7,5%	13,1	13,5	18%	16%	3,5%
PMDB	1.295	1.257	24%	23%	-2,9%	12,7	13,3	17%	16%	4,3%
PFL	934	1.028	17%	18%	10%	10,1	13,0	14%	15%	29%
PPB	625	618	12%	11%	-1,1%	9,8	6,8	13%	8,1%	-30%
PTB	382	398	7,1%	7,2%	4,2%	4,4	5,8	5,9%	6,9%	33%
subtotal	4.157	4.291	77%	77%	3,2%	50,0	52,4	67%	62%	4,8%
Oposição										
PT	110	187	2,0%	3,4%	70%	7,9	11,9	11%	14%	51%
PDT	436	288	8,1%	5,2%	-34%	7,0	5,6	9,4%	6,6%	-19%
PSB	150	133	2,8%	2,4%	-11%	2,8	3,9	3,8%	4,6%	37%
PPS	33	166	0,6%	3,0%	403%	0,5	3,5	0,7%	4,2%	607%
PC do B	0	1	0,0%	0,02%	—	0,2	0,4	0,3%	0,5%	100%
subtotal	729	775	14%	14%	6,3%	18,4	25,3	25%	30%	38%
Outros										
PL	222	234	4,1%	4,2%	5,4%	2,0	2,5	2,7%	3,0%	29%
PSD	116	111	2,2%	2,0%	-4,3%	1,2	1,3	1,6%	1,5%	9,3%
pequenos ²	154	148	2,9%	2,7%	-3,9%	2,6	3,0	3,6%	3,6%	15%
subtotal	492	493	9%	9%	0,2%	5,8	6,8	8%	8%	17,2%
Total³	5.378	5.559	100%	100%	3,4%	74,1	84,5	100%	100%	14%

Obs. 1: os números para 2000 se referem à totalização de 100% dos votos na eleição do primeiro turno para as 5.559 prefeituras.

Para o número de prefeituras conquistadas, considerou-se os resultados do 1º e do 2º turnos.

Obs. 2: os partidos pequenos são os seguintes: PSC, PRP, PMN, PSL, PV, Prona, PT do B, PST, PSDC, PSTU, PSN, PRN, PTN, PRTB, PAN, PCB, PGT, PHS e PCO.

Obs. 3: o número total de eleitores do Brasil é 109.826.263

TABELA 2

RESUMO DA ELEIÇÃO EM 62 CIDADES*

(ELEITORADO EM MILHÕES)

Partido	Eleições 1996		Eleições 2000	
	Cidades	Eleitorado (base 2000)	Cidades	Eleitorado (base 2000)
Governistas				
PSDB	14	4,57	12	3,57
PMDB	13	4,60	10	4,06
PFL	6	7,91	4	2,85
PPB	4	1,49	2	0,56
PTB	2	0,54	3	4,89
subtotal	39	19,11	31	15,93
Oposição				
PT	5	2,69	17	14,42
PDT	7	2,31	4	1,32
PSB	5	2,88	4	2,48
PPS	1	0,44	3	0,91
PC do B	0	0	1	0,26
subtotal	18	8,33	29	19,39
Outros				
PL	2	0,96	1	0,76
PV	1	0,55	0	0
PTN	1	7,13	0	0
PSC	1	0,32	1	0,32
subtotal	5	8,96	2	1,08
TOTAL	62	36,40	62	36,40

* 26 capitais e todas as cidades com mais de 200 mil eleitores no país

Fonte de ambas as tabelas: Página de Fernando Rodrigues, no site UOL na Internet, credenciado pelo TSE para fornecer resultados das eleições (atualizado em 28/11/2000). Os dados de 1996 são baseados no livro "Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)". Os dados de 2000 foram extraídos do TSE.